

Escolha, materialismo e o empobrecimento da economia: a superação da dicotomia fato/valor na perspectiva da teoria dos prospectos e na abordagem pós-Milliana em Sen

*Gabriel Fernandes Mafioletti¹
Fabrício Pontin²*

1 Introdução

No episódio de 07 de dezembro de 2020 do podcast Não Inviabilize, no contexto do quadro Picolé de Limão, Déia Freitas conta sobre a história de uma mulher que, em meio ao quadro de isolamento causado pelo vírus SARS-CoV-2, período no qual passou a morar com seu namorado, tenta afastar a tristeza deste arriscando executar uma famosa receita de biscoitos da mãe deste rapaz. Ao longo do podcast a narradora expõe que, por mais que a mulher tentasse, nunca acertava, mesmo após diversas tentativas. Sempre que provava o biscoito, o rapaz dizia que o resultado não era como esperado. Em determinado momento, no entanto, a própria mãe faz biscoitos e os envia para a casa do casal, sendo os doces deste lote aprovados pelo namorado como muito bons, o clássico que ele esperava. A namorada decide então, em segredo, guardar alguns biscoitos desta remessa e anunciar que fará uma nova fornada. Ficando pronto, ela oferece ao namorado na verdade os biscoitos feitos pela mãe, mas indicando que havia ela mesma feito, ato contínuo, para sua surpresa, o rapaz desaprovando exemplares do lote que anteriormente havia declarado perfeito! A

¹ Bacharelado em direito, Universidade LaSalle (UNILASALLE), gabriel.201820300@unilasalle.edu.br

² Professor - Universidade LaSalle, Escola de Direito e Política/PPG em Educação PhD (Philosophy), Southern Illinois University | Institute of International Education Fellow (2008-2012), fabricio.pontin@unilasalle.edu.br.

reação do homem foi, então, de revolta por ter sido enganado pela namorada, sem um necessário reconhecimento da injustiça que cometera na avaliação do biscoito feito pela namorada que, segundo o relato, era basicamente igual ao da mãe.

Qual seria o problema, então? Se os biscoitos eram os mesmos, o que havia mudado? Sendo verdade ou não, trata-se de uma história que expõe algum tipo de pressão psicológica por parte do namorado ou não, é exemplificativa para elucidar o que pretendemos expor neste texto.

Após um longo processo, como será mostrado ao longo do texto, os estudos econômicos passaram a alegar que seriam capazes de interpretar e avaliar o biscoito (para continuar em nosso exemplo) sem que houvesse influência de informações sobre do que seria feito o biscoito, ou quem o teria feito. Porém, como a história acima expõe, as informações sobre os objetos que são sondados são indissociáveis destes quando apropriados para tratamento, sejam itens de consumo, sejam dados para inserção em modelos de análise.

Ao longo da história houve uma ruptura em relação a concepções liberais clássicas a partir de uma forte tendência a alegação de que existiria, dentro de departamentos de economia, possibilidade de se analisar situações a partir da concepção de que se é possível trabalhar com fatos desconsiderando-se a valoração impressa pelos indivíduos. Este processo é uma das etapas que leva ao estado no qual encontra-se hoje paradigma econômico, resultado de um processo que Amartya Sen chama de empobrecimento da economia. Ao longo deste texto mostraremos este processo, as tentativas feitas no contexto do arquétipo neoliberal vigente para sanar dificuldades que esta característica (negação da influência de juízos de valor) criou e as críticas de Amartya Sen a este paradigma vigente.

2 Desenvolvimento

2.1 As origens da economia como ferramenta e o afastamento entre abordagens

Se o brocardo *ubi ius, ibi societas* vale para os sistemas de normas estabelecidos, mesmo sem o estudo sistemático desta disciplina como ciência, o mesmo vale para questões sobre organização social e distribuição de recursos, que desde tempos não registrados são importantes em nossas sociedades. Amartya Sen aponta que pelo menos desde Aristóteles existe já uma concepção de algum conceito de economia como um instrumento a serviço da arte-mestra chamada política. Esta última serviria como espaço para deliberação pública e tomada de decisão

Politics must use the rest of the sciences', including economics, and 'since, again, it legislates as to what we are to do and what we are to abstain from, the end of this science must include those of the others, so that this end must be the good for man'. (SEN, 1991, p. 3)

tendo como um dos fins a organização de outras artes, afirmando que estas outras artes (ou ciências) deveriam sempre subordinar-se ao fim da política, a promoção comum de uma vida de boa qualidade (SEN, 1991).

Este conceito de economia é o que Amartya Sen chama da abordagem ética da economia (*ethical approach*), com expoentes de Aristóteles a Adam Smith porém, sendo a abordagem em voga no que toca a organização de recursos conhecida no ocidente. Desde o século XVII, no entanto, passaram a ser desenvolvidos trabalhos visando trabalhar questões menos humanas e mais práticas em termos de organização de recursos. Muitas vezes focadas em questões mais logísticas, esta nova abordagem, chamada por Amartya Sen de abordagem técnica (*engineering approach*) da economia.

Este ramo de estudos da economia, não necessariamente inexistente antes desta época, com o passar do tempo passou a desconectar-se cada

vez mais da abordagem ética, se bem que existindo avisos de expoentes da abordagem técnica sobre a necessidade de atentar-se a questões humanas nos trabalhos econômicos, demonstrando haver entre os primeiros expoentes desta abordagem uma preocupação e conexão com as questões tradicionalmente trabalhadas. Esta conexão não é sem razão já que inclusive os primeiros entre aqueles que chamamos de economistas eram na verdade filósofos morais que, tratando sobre a natureza humana estudavam os sistemas de trocas existentes na sociedade, explicados e relacionados aos fundamentos morais ali colocados.

A conexão entre abordagens, porém, deixou de ser tão relevante para determinados acadêmicos especialmente quando estes não haviam passado por uma formação filosófica propriamente dita, mas eram estudiosos de ciências exatas e biológicas, por exemplo. O aumento do interesse de estudiosos de outras áreas pela sistemática social de organização de recursos deu-se justamente pela concepção de existências de padrões que o conceito de comportamento natural, intrínseco a qualquer ser humano. Se existe uma parte da matemática, por exemplo, que explica padrões, por que os padrões humanos não poderiam ser estudados neste contexto para melhor observados?

2.2 O utilitarismo e o ator racional como base econômica

Este crescente interesse de estudiosos de outras áreas pelas ciências econômicas, é importante dizer, deu-se em um contexto de desenvolvimentos em outras áreas. Mesmo que muitas das análises inseridas no âmbito da abordagem técnica faça uso de conceitos inclusive bem simples de representações matemáticas, não é de se destacar a crescente valorização de abordagens mecanicistas e naturalistas numa época de grandes avanços para o ocidente que neste período conheceu o teorema fundamental do cálculo, por exemplo.

Mas, apesar da projeção que ganha esta abordagem e análise mecanicista, é importante que sejam trazidas duas contribuições fundamentais de John Stuart Mill que, apesar de não tecer grandes considerações formais sobre o funcionamento de mercados, é até hoje fundamental como base filosófica de teoremas econômicos, os conceitos de utilitarismo e ator racional. Modelos econômicos que sintetizam comportamentos, sejam individuais, sejam coletivos, teriam muito menos força se fosse necessário que agentes deliberadamente se comportassem conforme indicam os modelos.

Um dos grandes argumentos em favor do livre-mercado é que a sociedade sem grandes interferências tende a organizar-se de modo a distribuir da melhor forma possível os recursos disponíveis. Apesar de existir uma linha não desprezível de considerações sobre este tópico, uma das mais interessante e profundamente enraizadas concepções a respeito, repetida de modo revitalizado em diversas obras, seria o de que seres humanos tomam decisões de maneira racional, não sucumbindo aos seus instintos quando do processo de tomada de decisão.

Não que todos os seres humanos tomariam decisões pautadas em racionalidade em todos os momentos, mas que usualmente, especialmente no que toca a questões de produção e consumo, o agente social seria racional. Esta, vale dizer, não é necessariamente a exposição de John Stuart-Mill, mas a interpretação que foi tomada como base para elaborações de modelos de análise de processos de tomada de decisão. Dada a facilidade de analisar determinados comportamentos com a suposição da racionalidade, já que relativamente mais fácil de normatizar e positivar do que comportamentos humanos como ocorrem, assentou-se aí a base do pensamento econômico.

Isto aconteceria porque o ser humano é capaz de fazer comparações entre diferentes produtos de consumo e decidir, mesmo sem existência,

em princípio, de unidade comum entre estes produtos de consumo. Após grandes desenvolvimentos que partiram do conceito de cálculo utilitário de Bentham passou a estabelecer-se a utilidade como grande medida referenciável na qual tudo pode ser transformado, para depois ser comparado.

Com a união destes dois desenvolvimentos, utilidade como medida e suposição de racionalidade abriu-se um caminho sem precedentes para que mesmo estudiosos sem conhecimento sobre moral ou comportamento humano pudessem trabalhar e analisar a circulação de bens e consumos. Afinal, se bens e serviços que existem no mundo podem ser transformados em um índice único de medida, é possível analisar racionalmente por comparação qual a melhor decisão a se tomar no enfrentamento de um impasse. Ademais, melhor ainda, se seres humanos já agem como atores racionais, podemos construir modelos não só para nos indicar como agir, mas também prever e estudar comportamentos.

2.3 A economia é uma ciência social?

Embora no início tímido o afastamento entre as abordagens técnica e ética da economia, cada vez mais, com a proeminência de abordagens menos focadas e interessadas em questões morais, mas puramente logísticas do debate sobre organização de fatores de produção e consumo. Mesmo que o afastamento, se bem que já prejudicial, por si só não seja aparentemente negativo, ao longo dos anos houve uma mudança de tom especialmente no que toca ao modo como a economia, esta ferramenta originalmente a serviço da política, passou a ser vista tanto internamente quanto aos olhos da sociedade.

Almeida (2016, p. 10-13) aponta que entre os primeiros economistas, mesmo que não houvesse interesse em questões de fundamentação filosófica moral esta era reconhecida, e os próprios estudiosos destas questões faziam ressalva da importância de cuidado, fazendo inclusive críticas ao

conceito incorporado de ator racional - sem prejuízo da utilização de modelos formais, que teriam a ganhar com algo posteriormente apontado por Amartya Sen (1991), que as abordagens na verdade se enriqueceriam.

Marshall helped incorporate quantitative methods in economic analysis. However, despite being perceived as a strong opponent of economics as a moral science, Marshall's perspective should be analysed with some caution. For example, he believed that mathematics should be applied to economics, albeit with some restraint [...] (ALMEIDA, 2016, p. 11-12)

Mesmo assim, esta cautela não sobreviveria ao século XX, período no qual, desde suas primeiras décadas, ganhou força a noção de que as ciências econômicas deveriam ser um campo autônomo não subordinado aos estudos filosóficos ou políticos. Os estudos econômicos como campo autônomo que estudaria o comportamento humano perante bens de produção e consumo possibilitou uma abstração que, após anos de tratamento daqueles conceitos apresentados por John Stuart-Mill, permitiu a construção de modelos nos quais tornaram-se quase irrelevantes considerações culturais e diversas especificidades, pontos morais ou nuances relacionadas ao comportamento humano.

Abriu-se então o caminho para a economia passar a não mais identificar-se não necessariamente como uma ciência social, muito menos humana, mas exata, ou natural, lidando com leis universalmente estabelecidas e imutáveis, assim como aquelas que regem a mecânica clássica. Assim como o estudo da natureza e os fenômenos relacionados, supostamente a economia lidaria com fatos observáveis a partir de regras muito bem definidas, com eventuais incorreções e ajustes devendo ser feitos nos dados que eram fornecidas, sem responsabilidade desta ciência, curiosamente quando esta negou sua conexão com a área que balizam seus limites e adequações na aplicação. Houve um constante processo de afastamento

de aspectos da vida humana que não eram necessariamente observáveis ou, para ser mais preciso, facilmente normatizáveis em postulados;

A partir deste reposicionamento próprio da economia deram-se dois resultados. Primeiro, se iniciou um processo de negação não só de que as análises econômicas estavam impregnadas de valor, mas também pela negação dos controles definidos politicamente. Os estudos econômicos podiam até se colocar como processadores de decisões políticas, mas passaram a trabalhar como se os agentes sociais agissem de modo estritamente racional e visando maximizar seus resultados, sem considerar que as demandas eram de que a construção dos processos para a condução de políticas públicas se desse sob outros valores.

Segundo, estabelecidas diversas leis e postulados sobre como a sociedade deveria funcionar, se tornou extremamente difícil mudar alicerces destes modelos econômicos, mesmo quando estes modelos erravam constantemente. Isto se dava porque supostamente se essa ciência é normativa, e ela descreveu uma lei que rege comportamentos, se alguém (ou alguma sociedade) não funciona conforme aquela lei, não é são os consensos dentro dos estudos econômicos que estão errados, afinal, a lei econômica alegadamente descreveria como seres racionais agiriam.

Este desengajamento deu-se em alguns níveis, sendo eles : (1) não mais compreensão da economia como mero instrumento da política; (2) não incorporação de elementos não materialistas sobre o processo de construção de modelos de análise; (3) alegação de que as influências não exatas e positivas restringiam-se à escolha das opções apresentadas a partir de um método científico naturalista, sendo as decisões tomadas por atores externos; (4) negação da influência de elementos subjetivos na interpretação e escolha de variáveis e parâmetros. Este fenômeno separado aqui em níveis são marcos interessantes no processo de empobrecimento da economia segundos os fundamentos apresentados por Amartya Sen.

2.4 Críticas internas aos estudos econômicos e a solução que se apresenta

Embora a contínua especialização e isolamento dos trabalhos econômicos em relação aos estudos humanos e sociais tenha causado graves problemas de desconexão e gerado argumentos para reforço de estruturas desumanas, além de sistemas de exploração como se fossem os mais eficientes, não foi isso que passou a incomodar o establishment. Mesmo com constantes aperfeiçoamentos, expansões e incríveis trabalhos sendo desenvolvidos nos estudos sobre economia, determinados pesquisadores passaram a notar falhas no poder preditivo. Além do claro problema para que fossem feitas análises de simulação de eventos e cenários pós tomada de decisão, isto passou a impossibilitar avanços mais complexos em determinados estudos que tornavam-se inúteis ou aplicáveis a grupos cada vez menores. Se o comportamento inicial do agente seria aquele esperado pelo modelo e as pessoas não agissem deste modo, segundo a lógica apresentada, os indivíduos eram inadequados por estarem supostamente agindo errado. Especialmente com o reconhecimento da diversidade que a segunda metade do século XX permitiu, cada vez mais pessoas passaram a acessar mercados e tomar decisões, gerando inadequação e falta de correspondência entre previsões econômicas e a realidade. Os sucessos do capitalismo fortemente impulsionado por questões políticas durante o período da guerra fria permitiu o fechamento dos estudos econômicos em si mesmo, mesmo constantemente falhando.

Justamente esta falta de correspondência com a realidade em relação ao poder preditivo que passou a incomodar pesquisadores mas, curiosamente, não necessariamente economistas. Embora inseridas no contexto da racionalidade em voga dentro dos departamentos de economia, as soluções para determinados problemas vieram justamente de um psicólogo, Daniel Kahneman, e de um matemático, Amos Tversky. As inconsistências

notadas por ambos foram confirmadas por uma série de estudos empíricos que buscaram analisar o processo de tomada de decisão individual e verificar em especial o funcionamento da racionalidade dos agentes³, mas também a conexão lógica estabelecida entre pressupostos e o cabimento da conclusão tirada a partir destes.

Observando os desvios em relação ao esperado pelos modelos neoclássicos de análise os dois pesquisadores puderam observar um padrão não atribuível ao pressuposto de racionalidade estabelecido, porém mesmo foi possível desenvolver uma curva na qual, dado determinado parâmetro, seria possível estabelecer a reação do sujeito. Houve, então, uma incorporação de componentes humanos de comportamento não necessariamente racionais segundo critérios indicados em estudos formais sobre qual seria a melhor decisão possível, mas mesmo assim normatizáveis. Embora negando alicerces da economia neoclássica as reformulações propostas por Kahneman e Tversky na verdade reforçaram o conceito de ator racional e, mais importante, concepção de que estudos sobre comportamentos humanos lidam com fatos.

O defeito, portanto, conforme mostraram, estaria não necessariamente na racionalidade, apartamento ou falta de crítica por parte de outros campos, mas sim na falta de ajuste em relação à realidade na construção dos modelos. A seleção e tratamento dos dados coletados que estariam prejudicando o sucesso dos estudos econômicos e as possibilidades de desenvolvimento teórico mais especializado. Para ambos, e também parte de uma tradição que incorporou as críticas feitas e passou a trabalhar a partir de seus avanços, o problema estaria na cegueira em relação a determinados dados que eram interpretados conforme realidade pura, sem entender que na verdade decisões são revestidas de alguns sentimentos

³ Para desenvolvimentos a respeito deste tópico ver Mafioletti e Pontin (2019).

que afetam a escolha final. A simples crítica de que pesquisadores não haviam notado que ganhos e perdas são diferentes para seres humanos, e não apenas variações na quantidade de dinheiro (ou bens) disponíveis, por exemplo, foi revolucionária. No entanto, mantém-se aí a racionalidade do sujeito pois este estaria presente justamente na utilização do filtro interpretativo que todos nós temos, sem sucumbir a seus instintos. Seria necessária então a consideração dos mecanismos de interpretação humanos para entender o resultado da tomada de decisão feita pelo agente e então utilizar estes dados para alimentar os modelos.

Mas houve a renovação de outra importante base filosófica, e talvez aí resida um dos maiores méritos conciliatórios destes avanços, a alegação de inexistência de fatores não observáveis nos processos de tomadas de decisão dos sistemas produtivos e consumidores. Ao incorporar e conseguir com sucesso tratar dentro de sistemas normativos a influência de sentimentos propriamente ditos pôde-se passar a afirmar que a economia é uma ciência que trata apenas de fatos observáveis. O problema seria uma falta de atenção a estudos empíricos que indicavam a desconexão com a realidade. Com a colaboração entre um psicólogo que conseguiu conceber métodos de extrair dados para observação de padrões e um matemático que formalizou estes dados em informações funcionais - os modelos recuperaram seu poder preditivo. Melhor ainda, com uma ressalva de que só consideram informações observáveis, sem uma análise valorativa de aspectos dos sistemas, estabelecendo inclusive um paradigma para incorporação de elementos observados em experimentos empíricos, considerando a valoração feita naturalmente pelo agente estudado, sem deliberações ou juízos de valor na interpretação destes dados, ou seja, sem análise propriamente dita, apenas adequação apropriação para utilização.

Além do mais reforçaram também as concepções de maximização, demonstrando que, se corretamente tratadas as impressões individuais do

agente, ele vai escolher aquilo que traz maior benefício. Talvez não necessariamente o que seria o melhor segundo análises lógicas despersonalizadas apontaram, mas o que o indivíduo julga ser o melhor a partir de vieses observados e considerados pelo pesquisador observante.

2.5 Críticas externas: As questões que as críticas internas não respondem

Esses avanços não são desprezíveis, porém eles não respondem questões colocadas por Amartya Sen desde a década de 70. Primeiramente, mesmo que se incorpore elementos que foram observados em pesquisas empíricas esta concepção mantém uma interpretação do sujeito como indivíduo racional. Mesmo que eles admitam que o sujeito esteja subjugado em algum nível por sentimentos, eles consideram válidos apenas aqueles sentimentos que são considerados coerentes dentro de uma lógica estabelecida pelos pesquisadores.

Além do mais, mesmo que avanços sejam feitos na interpretação dos sentimentos das pessoas, eles ainda não conseguem incorporar diversos fatores que afetam o comportamento das pessoas, como preocupação com reputação e comprometimento social, questões que já na década de 1980 Amartya Sen considera importantes na análise social. Eu particularmente chamo isso de uma negação da influência de questões metafísicas já que, conforme descrevemos antes, mesmo com os avanços, se mantém o viés materialista, ou seja, só aceitamos no modelo aquilo que podemos medir, observar. A partir deste ponto duas questões importantes surgem, primeiramente a negação da carga que se impõe na seleção de fatores que serão importantes na alimentação do modelo, ou seja, a proeminência ou desprezo de determinadas categorias de dados informacionais. É de se imaginar que seja impossível considerar todos os dados disponíveis envolvidos em processos decisórios, sejam individuais ou sociais, logo, é necessário que seja feito algum tipo de seleção. Mesmo ciências naturais

em muitos processos desprezam determinados fatores que nos acontecimento cotidianos realmente influenciam os eventos, mas para fins teóricos podem ser desconsiderados.

Porém quando os processos analisados são construídos e envolvem ações humanas a seleção do peso dos dados não pode ser definida por grupos que não aceitam a valoração envolvida neste processo. Se cientistas sociais aceitam a influência que o pesquisador e suas vertentes teóricas exercem sobre todo o processo empírico, por que os estudos econômicos seriam os únicos capazes de analisar as movimentações feitas por humanos sem impor os valores que sua formação lhes ensinou a fazer? Reconhecer os desvios que se causam em determinada trajetória ao estudá-la é fundamental para poder compreendê-la. A alegação de que o pesquisador não teria influência sobre a seleção dos dados porque estariam lidando com fatos puros é simplesmente sem sentido quando se observa o colapso da consideração de existência de uma dicotomia fato-valor⁴, ou seja, a compreensão de que a separação total entre juízos de fato e juízos de valor não pode ser aplicada, especialmente no que toca ao estudo de comportamento humano. Mesmo que Kahneman e Tversky tenham admitido a influência de valores no processo decisório do indivíduo escolhedor, resta ainda a negação da existência de juízos de valor na escolha e análise de dados inseridos nos modelos.

Em segundo plano, a alegação de materialidade reforça a narrativa de falta de necessidade de contribuição de outras áreas dos conhecimentos no tratamento de elementos captados, especialmente controle em relação aos objetivos, fins e objetivos. Ora, se uma ciência é natural ela não precisaria de contribuições e especialmente do controle tanto do debate público quanto de áreas de estudo como a filosofia, inclusive deliberações sobre

⁴ Este tema é muito bem tratado em Walsh (2003) e Putnam (2003).

moralidade envolvida na concepção vigente de sociedade. No entanto, quando positivada esta concepção, parece absurdo que uma ciência que permite uma análise favorecendo o aumento e acúmulo de fatores produtivos não considere concepções políticas de distribuição enquanto alega ser neutra.

Justamente ao se analisar a necessidade de distribuição de renda, por exemplo, e fechar os olhos para a erosão das possibilidades de sobrevivência de indivíduos (ou indicar apenas o mínimo necessário) sem fazer considerações sobre os efeitos humanos, permite-se que se leve em consideração políticas sem que se esclareça os efeitos delas decorrentes. Mesmo à liberdade de expressão são colocados limites estabelecidos por meio do debate público, por que a definição em relação ao mínimo necessário deveria ser uma análise sem envolvimento da esfera pública. Às definições de mínimo, máximo e média cabe debate público e serão justamente arbitrárias, mas dentro daquilo arbitrado pela deliberação política, não por uma burocracia desconectada dos anseios e concepções dos cidadãos.

3 Conclusão

Para voltar ao nosso exemplo inicial, se os atuais expoentes da abordagem técnica da economia negam a influência que a informação de quais mãos prepararam o biscoito na percepção final do indivíduo, Kahneman e Tversky nos mostraram que é possível um consumidor realmente experimentar de formas diferentes o mesmo produto a partir do rótulo que colocamos a ele. Mesmo assim, como demonstramos, o que a dupla de pesquisadores faz ao fazer concessões em relações a pressupostos consolidados como alicerces da racionalidade neoliberal, é apenas suficiente para que os modelos preditivos ganhem força, mantendo raízes ainda em solo podre.

A investigação das limitações apresentadas pelos modelos neoclássicos de análise de comportamento individual e social é extensa especialmente por estar espalhada ao longo de toda a obra de Amartya Sen e diversos pesquisadores com os quais colaborou, exigindo ainda verificação de diversos trabalhos de pesquisadores que fortaleceram as perspectivas da racionalidade liberal ou as renovaram. Mesmo assim, estas vêm sendo colocadas em pauta, sendo reforçadas pelas crises em nossos modos de organização de sistemas de produção e consumo, causando catástrofes humanas pela falha na organização de distribuição de bens. Esta crítica é gigantesca em proporções inenarráveis, também por necessitar de análises além das econômicas, históricas e políticas, mas também sob aspectos filosóficos bem como, também formais.

Ainda maior e mais vagaroso é o trabalho de construção de soluções para os problemas apontados dentro do tratamento normativo que tanto facilita o debate econômico e acaba por ser inegavelmente fundamental tanto no controle de circulação privado quanto público. Para isto cabe, timidamente apontaria Amartya Sen (e isto pode-se dizer baseado nas diversas obras aqui referenciadas), a incorporação destas soluções nos modelos normativos, soluções estas que somente estudos sobre aspectos humanos podem trazer. Como esta mistura pode ser feita? Apenas com interseccionalidade.

Como apontado ao longo deste texto, há tempos houve uma cisão e um permanente afastamento entre abordagens, causando este empobrecimento e incapacidade (pelo menos atualmente) de consideração de julgamentos tão fundamentalmente humanos nas análises econômicas. Como dito, este trabalho é lento, mas há progresso por parte de diversos pesquisadores, alguns inclusive participantes desta publicação, na construção de um outro paradigma para o progresso.

Referências

- Almeida, V. (2017). The Moral and Political Dimension of Economics The Fact-Value Dichotomy. **Annales. Etyka W Życiu Gospodarczym**, 19(4), 7-21.
- ARISTOTLE. **The Nicomachean Ethics**; translated by David Ross. New York: Oxford University Press, 2009.
- GORSKI, P. Beyond the Fact/Value Distinction: Ethical Naturalism and the Social Sciences. **Society**, 50, 543-553 (2013)
- HEILBRONER, R. Economics as a 'Value-Free' Science. **Social Research**, vol. 40, no. 1, p. 129-43, 1973.
- MAFIOLETTI, G.; PONTIN, F. Invariância e transitividade: um diálogo possível entre Amartya Sen e Kahneman & Tversky. In: SALVETTI, É. F.; BORBA, J. T. H. E. **Estudos sobre Amartya Sen**. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora Fi, v. 7, 2019. Cap. 21, p. 339-355.
- NÃO INVIABILIZE. Narrado por Déia Freitas, 07 de dezembro de 2020. Podcast. Disponível em: <https://anchor.fm/naoinviabilize/episodes/BISCOITINHO-enn580>. Acesso em: 30 de setembro de 2021
- PUTNAM, H. **The Collapse of the Fact/Value Dichotomy and Other Essays**. [S.l.]: Harvard University Press, 2002.
- REISS, J. Fact-value entanglement in positive economics. **Journal of Economic Methodology**, 24:2, 134-149, 2017.
- SEN, A. The Nature and Classes of Prescriptive Judgements. **The Philosophical Quarterly**, Vol. 17, n. 66, p. 46-62, 1967.
- SEN, A. On Weights and Measures: Informational Constraints in Social Welfare Analysis. **Econometrica**, Vol. 45, n. 7, p. 1539-1572, Outubro 1977

SEN, A. Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory. **Philosophy & Public Affairs**, v. Vol. 6, n. 4, p. 317-344, Verão 1977.

SEN, A. On Ethics and Economics. Malden: Basil Blackwell, 1987.

SEN, A. Utility: Ideas and Terminology. **Economics and Philosophy**, Volume 7 (Issue 02), p. 277 - 283, Outubro 1991.

SEN, A. From Income Inequality to Economic Inequality. **Southern Economic Journal**, Vol. 64, n. 2, p. 383-401, Outubro 1997.

SEN, A. Maximization and the Act of Choice. **Econometrica**, v. Vol. 65, n. 4, p. 745-779, Julho 1997.

SEN, A. Behaviour and the Concept of Preference. **Economica**, v. Vol. 40, n. 159, p. 241-259.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SUNSTEIN, C. R. The Cost-Benefit State. Law & Economics Working Paper, n. 39, p. 1-52, 1996.

TVERSKY, A., KAHNEMAN, D. Rational Choice and the Framing of Decisions. **The Journal of Business**, 59, no. 4 (1986): S251-278.

WALSH, V. Sen after Putnam. **Review of Political Economy**, v. 15, n. 3, p. 315-394, 2003.